

CURSO DE PEDAGOGIA

Elisandra de Vargas da Silva

**A INSERÇÃO DO SUJEITO SURDO EM UM CURSO DE GRADUAÇÃO DA
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC**

Santa Cruz do Sul

2016

Elisandra de Vargas da Silva

**A INSERÇÃO DO SUJEITO SURDO EM UM CURSO DE GRADUAÇÃO DA
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL-UNISC**

**Trabalho final apresentado à disciplina de
Seminário de Pesquisa em Educação II do
curso de Pedagogia da Universidade de
Santa Cruz do Sul - UNISC, como requisito de
aprovação.**

Orientadora: Prof^a. Cleidi Pires

Santa Cruz do Sul

2016

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que me deu forças, coragem e fé na minha capacidade, a minha maravilhosa mãezinha, Dona Ricarda, que sempre me estimulou a estudar, ao meu marido Evandro pelo apoio, estímulo e força que me passou, aos queridos surdos que, com muita paciência me ensinaram a língua de sinais. A querida professora Cleidi Pires pelas orientações e paciência e ao professor Claudio José de Oliveira que sempre me incentivou a buscar mais conhecimento na área da surdez.

RESUMO

Este artigo trata sobre a inclusão de alunos surdos na graduação da Universidade de Santa Cruz do Sul- UNISC. Muitos estudantes surdos já passaram pela Universidade e o que proponho neste trabalho é problematizar sobre como se dá o processo de inserção de surdos na universidade? Como eles se comunicam e interagem com professores e alunos? Como inseri-los de forma eficaz na Universidade? Este trabalho é uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória que usou de entrevistas com uma intérprete, uma professora e uma aluna surda para saber de forma geral como a inserção dos alunos surdos está acontecendo, refletindo sobre o papel da universidade de forma geral: do professor, do aluno e do intérprete de LIBRAS em sala de aula. Pensar a inclusão envolve um processo de mudança de pensamento, é preciso conscientização, conhecimento e o pensar no outro, os surdos estão, cada vez mais, adentrando no mundo universitário e é preciso que estes órgãos se preparem para recebê-los com qualidade. A universidade está avançando, mas ainda há muito que ser implementado e é preciso que seus membros: professores funcionários e alunos, também a acompanhem neste processo de evolução.

Palavras-chave: Universidade, Surdos, Surdez, Libras, Intérprete.

SUMÁRIO

1	CONTEXTUALIZANDO A ESCOLHA DO TEMA.....	5
2	APORTES TEÓRICOS INICIAIS DO TEMA.....	7
2.1	A surdez clínica, a normatização e a ouvintização dos sujeitos.....	7
2.1.1	O outro lado da surdez.....	9
2.1.2	A ouvintização e a oralização.....	10
2.2	A Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.....	14
2.3	O intérprete e tradutor da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.....	18
3	ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	22
4	OS DESAFIOS DA INSERÇÃO DE UMA ESTUDANTE SURDA EM UM CURSO DA GRADUAÇÃO NA UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL	24
4.1	A Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC	24
4.2	Núcleo de Apoio Acadêmico – NAAC.....	26
4.3	Dados da entrevista realizada com uma intérprete, uma surda e uma professora da Universidade	30
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
	REFERÊNCIAS.....	35
	ANEXOS.....	37
	ANEXO A- Questões das entrevistas.....	37
	ANEXO B- Código de ética do Intérprete de Libras.....	38
	ANEXO C- Configuração de mãos da Libras.....	40

1 CONTEXTUALIZANDO A ESCOLHA DO TEMA

Está monografia problematiza sobre a presença de sujeitos surdos na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Meu interesse pela inclusão com foco na LIBRAS e nos sujeitos surdos, vem de uma pequena jornada em contato com estes em vários momentos da minha vida. Conheci a LIBRAS através de um trabalho voluntário na cidade local em uma igreja chamada Igreja Batista Pioneira. Nesta, onde existem vários grupos trabalhos, chamados ministérios que realizam atividades específicas na e para a igreja. O ministério que destaco é Ministério Sinal de Amor onde o grupo de surdos participavam.

Primeiramente, comecei a conhecer a Libras em uma oficina com ouvintes e surdos. Esta que foi importante para minha formação inicial. Foi uma experiência encantadora para eu aprender uma nova língua e conhecer novos sujeitos. Eles me encantaram por sua criatividade e felicidade. Não tinham vergonha do que falavam, nem medo de falar a verdade para quem precisasse ouvi-la.

No início, não queria muito trabalhar neste ministério da igreja por pensar ser difícil, mas com o tempo fui convivendo e aprendendo com eles a sua língua e seus modos de pensar e agir. Um dia me falaram-me que um sonho me mostraria o momento em que estaria fluente em LIBRAS este seria o momento de certeza que a LIBRAS já fazia parte mim. Com muito treino, contato, conversas, dúvidas e tempo consegui fluência na Libras e descobri que esta era minha paixão, inclusive sonhei que estava falando em Libras, e, assim, resolvi fazer dela minha profissão.

Inscrevi-me no Curso de Tradutor e Intérprete da Língua brasileira de Sinais e estudei durante um ano e meio na cidade de Canoas-RS, sempre aos sábados. Eu e mais dois amigos, acordávamos cedo para viajar a Canoas e chegávamos tarde, de volta a cidade de Santa Cruz do Sul. “Perdíamos” o sábado com a família, mas ganhávamos uma profissão.

Ultrapassei a barreira do tempo e da distância para me tornar uma Intérprete de Libras. Um sonho quase impossível. Para realizá-lo tive que abrir mão do conforto, da cama, do descanso, além do mais, precisei fazer faxinas para pagar a gasolina que me transportava a Canoas, trabalhava todos os domingos, no hospital de minha

cidade, doze horas de trabalho, para pagar o curso. Uma caminhada difícil, mas recompensadora.

Formei-me em Tradutora e Intérprete de Libras e depois de formada comecei a trabalhar na minha cidade, Santa Cruz do Sul, em eventos, cursos, entrevistas e na UNISC, local escolhido para fazer esta pesquisa. Na UNISC tive oportunidade de conhecer as vivências da universidade e da realidade surda dentro dela. Trabalhei em cursos variados cursos da universidade que possuíam alunos surdos matriculados. Intermediei reuniões de uma professora surda com seus colegas educadores. Tive a oportunidade, também, de estudar com uma aluna surda e trabalhar com ela em sala de aula. Toda esta experiência com colegas intérpretes, alunos surdos e ouvintes e professores me fizeram refletir e surgiram em mim questões acerca da inserção do aluno surdo na universidade, da relação aluno professor, aluno surdo e colegas ouvintes, intérprete surdo e intérprete professor. Foi então que resolvi fazer esta pesquisa.

A principal questão que me impulsionou a pesquisar sobre estas questões foi pensar em como se dá a inserção do sujeito surdo na UNISC? E desde quando ela existe? Além disso, também me preocupo em saber: Quem foram os primeiros surdos a entrar na universidade na Universidade? E o relacionamento aluno surdo com o professor e com os colegas ouvintes atualmente? O educador tem clareza de como pode ser a relação dele com o intérprete de Libras e com o aluno surdo ou isto ainda é desconhecido? Para que esta inserção ocorra, o que é necessário? Estas são questões que procurarei desvelar ao longo da pesquisa.

2 APORTES TEÓRICOS INICIAIS DO TEMA

2.1 A surdez, a normalização e a ouvintização dos sujeitos

Normalização e correção são fortes palavras que causam danos identitários a alguns sujeitos e são colocadas em prática perante o povo surdo. A surdez sempre foi vista como um erro, uma má formação, maldição por pecados cometidos pelos pais, deficiência, etc. Na visão clínica, a surdez é vista como deficiência necessitando ser corrigida (VILHAVA 2016, apud REDONDO 2000).

O Ministério da Educação e Cultura - MEC também acredita neste pensamento, define a surdez como uma deficiência sensorial e fala sobre a educação inclusiva como sendo um direito inalienável e não aceita o fato de os surdos possuírem uma cultura (THOMA, 2016). Para Sarturi:

A surdez é vista em termos clínicos-terapêuticos como uma patologia e uma deficiência, focalizando a reabilitação auditiva e oral e aprendizagem da linguagem oral, que foram desenvolvidas com o sentido de normalização. Nesse sentido o que se “perde” é a audição por meio de doenças, causas hereditárias e idade avançada, (...) existem dois tipos de surdez: congênita e adquirida. (2015, p. 48)

A autora também coloca a visão clínica da surdez, segundo ela, a surdez congênita é aquela que já nasce com o indivíduo e a surdez adquirida é aquela que é causada por doenças depois do nascimento (SARTURI, 2015). SKLIAR, (2005) falando sobre essa normalização e correção diz que:

As ideias dominantes, nos últimos cem anos, são um claro testemunho do sentido comum segundo o qual os surdos correspondem, se encaixam e se adaptam com naturalidade a um modelo de medicalização da surdez, numa versão que amplifica e exagera os mecanismos da pedagogia corretiva, instaurada nos princípios do século XX e vigente até nossos dias. Foram mais de cem anos de práticas engeguecidas pela tentativa de correção, normalização e violência institucional; instituições especiais que foram reguladas tanto pela caridade e pela beneficência, quanto pela cultura social vigente que requeria uma capacidade para controlar, separar e negar a existência da comunidade surda, da língua de sinais, das identidades surdas e das experiências visuais, que determinam o conjunto de diferenças dos surdos em relação a qualquer outro grupo de sujeitos. (SKLIAR, 2005, p. 1)

O autor destaca a realidade do povo surdo. Pessoas que foram e são excluídas, controladas e corrigidas pela sociedade e pelos governos. As instituições que Skliar (2005) nos fala, muitas vezes, proibiam os surdos de usarem sua língua, sua comunicação visual. Estes órgãos deveriam ajudar os deficientes, mas o contrário acontecia. Serviam mais para controlar, separar e negar a existência não só da comunidade surda, mas como de todos os que não se enquadravam na definição de pessoas normais impostas pela sociedade. Ainda, com a citação do autor, o que se pode constatar é que os surdos dentro da cultura ouvinte têm sua identidade e cultura reprimidas. McDonnell (2016 apud Vail, 1966, p. 7) afirma que:

No passado “as relações institucionais” limitaram a expressão e a iniciativa individual, fomentaram a dependência e foram operadas como instrumentos de controle e não como meio de promover uma mudança aceitável; indivíduos foram desumanizados e inferiorizados, porque eram “jogados fora” e submetidos a inevitáveis... humilhações.

O autor fala sobre a desumanização das pessoas que eram colocadas nas instituições. A sociedade era cruel ou, talvez, sofresse calada por não poder ficar com seus filhos “anormais”. O governo, por aceitar e, às vezes, impor estes comportamentos, também era cruel. Como a sociedade se calou diante desses comportamentos? Como os pais e os deficientes se sentiam diante dessas maldades?

Depois de um período de guerra, grupos começaram a fazer movimentos a favor dos direitos humanos e direitos civis, com o intuito de defender as minorias. Denúncias foram feitas, revelando os abusos, a sujeira e a superlotação que os pacientes precisavam enfrentar, causando assim muito sofrimento. (MC DONNELL, 2016 apud LEVINE, 1981; MORRIS, 1993; TALBOT, 1978).

Com o tempo, outras pessoas e, os próprios deficientes, começaram a lutar pelos direitos humanos. As instituições começaram a se findar, uma triste realidade que permaneceu por anos, até os direitos humanos começarem a surgir e as pessoas mudarem, porém isto não significa que a segregação acabou. Ainda hoje, podemos ver pessoas deficientes segregadas, “protegidas” pelos pais.

2.1.1 O outro lado da surdez

Se por um lado existe a visão da surdez clínica, como citei no capítulo anterior, por outro lado têm no mundo seres que pensam na surdez como diferença, como cultura e como identidade. A Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, por exemplo, define a surdez como diferença linguística e cultural. Roberto e Vilhalva (2016) definem a surdez não como deficiência e, sim, como uma ausência.

De fato, não há uma deficiência, porém, uma ausência. É comum termos muitas ausências. Ausências de coragem para nadar em um lago, voar de avião, de locomoção quando estamos mais velhos, ausências de um membro do corpo, ausência de um familiar, ausência de uma visão, e, às vezes, de uma audição. Mas estas ausências estão presentes na vida humana, sendo parte do homem. (p.6)

Skliar também nos fala sobre a diferença surda, ele diz: “o surdo tem diferença e não deficiência”. (2005, p. 56). Estas diferenças que fala o autor estão marcadas nas falas sobre as identidades surdas. Mourão (2011, p. 72) afirma que

Um ser humano, em contato com seu espaço cultural, reage, cresce e desenvolve sua identidade, isto significa que os cultivos que fazemos são coletivos e não isolados. A cultura não vem pronta, daí porque ela sempre se modifica e se atualiza, expressando claramente que não surge com o homem sozinho e sim das produções coletivas que decorrem do desenvolvimento cultural experimentado por suas gerações passadas.

Este autor, nessa citação, fala sobre a o quão importante é que os surdos se encontrem para a construção de suas identidades. É preciso muito mais que ser surdo, deve-se ter contato com outros surdos, usar a língua de sinais e participar dos movimentos surdos. Assim como os ouvintes se constituem através da fala oral, as comunidades surdas têm como essencial sua língua para a formação de suas identidades.

Santos, Silva, Cardoso e Moraes (2011) citados por Strobel (2008, p. 44) afirmam:

A língua de sinais é uma das principais marcas de um povo surdo, pois é uma das peculiaridades da cultura surda, é uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos, sendo que é esta língua que vai levar o surdo a transmitir e proporcionar-lhe a aquisição de conhecimento universal.

Strobel destaca a importância da língua visual para os sujeitos surdos, é através dela que os surdos obtêm conhecimento. O documento que trata sobre os

direitos humanos no artigo 30, também defende a cultura e a língua materna como importantes de serem ensinadas para a criança:

Nos Estados Partes onde existam minorias étnicas, religiosas ou linguísticas, ou pessoas de origem indígena, não será negado a uma criança que pertença a tais minorias ou que seja indígena o direito de, em comunidade com os demais membros de seu grupo, ter sua própria cultura, professar e praticar sua própria religião ou utilizar seu próprio idioma. (BRASIL, 1990)

A citação acima, expressa a importância de uma criança utilizar seu próprio idioma para se comunicar e aprender. Para os adultos não é diferente. Tanto adultos como crianças têm o direito de usarem sua língua materna para expressar-se. Um surdo sozinho não é feliz, pois não coloca em prática o que tem de mais precioso: a língua de sinais. Ele precisa de outros surdos para juntos se constituírem como sujeitos surdos, usuários de uma língua visual-espacial, pertencentes a uma comunidade surda e com uma cultura rica.

2.1.2 A Ouvintização e a oralização

O conceito chamado de ouvintização é o poder da língua dominante (língua portuguesa) sobre as minorias, onde se incluem os surdos. Segundo SKLIAR (2005) a ouvintização é a imposição da língua oral sobre os surdos, e a língua de sinais que faz com que se criam estereótipos sobre os sujeitos surdos. O ouvintismo, conforme (SKLIAR, 2005, p. 58), “deriva de uma proximidade particular que se dá entre ouvintes e surdos, na qual o ouvinte sempre está em posição de superioridade”. E acrescenta ainda que:

O estereótipo sobre o surdo jamais acolhe o ser surdo, pois imobiliza-o a uma representação contraditória, uma representação que não conduz a uma política de identidade. O estereótipo faz com que as pessoas se oponham, às vezes disfarçadamente, e evitem construção de identidade surda, cuja representação é o estereótipo da sua composição distorcida e inadequada. O indivíduo surdo faz parte dos movimentos marginalizados. Qualquer comportamento negativo de sua parte provoca distorções e estereótipos dentro de uma situação de denominação. (...) o discurso do poder ouvinte mantém-se firme e controla estes estereótipos. (SKLIAR, 2005, p. 54)

Os estereótipos que o autor menciona, são como ideias que a sociedade cria, espalha e acredita como sendo as únicas verdades. Pensamentos como: os surdos nunca irão chegar a cargos de gerência, coordenação etc., pois não possuem a língua

dominante, estes que fazem com que os surdos não sejam acolhidos na sociedade e por consequência, não tenham uma política de identidade garantida:

O oralismo foi e segue sendo hoje, em boa parte do mundo, uma ideologia dominante dentro da educação do surdo. A concepção do sujeito surdo ali presente refere exclusivamente uma dimensão clínica – a surdez como deficiência, os surdos como sujeitos patológicos – em uma perspectiva terapêutica. A conjunção de ideias clínicas e terapêuticas levou em primeiro lugar a uma transformação histórica do espaço escolar e de suas discussões e enunciados em contextos médico-hospitalares para surdos. (SKLIAR, 2005, p. 59)

A oralização é focada na educação de surdos e a ouvintização acontece de forma geral na sociedade. Para o autor existem três tipos de ouvintismo:

- Ouvintismo tradicional- neste é imposto ao surdo a identidade ouvinte sem ter escolha;
- Ouvintismo natural - defende a igualdade entre surdos e ouvintes, porem continua com o encapsulamento do surdo na cultura ouvinte. O surdo reconhece em parte a cultura surda;
- Ouvintismo crítico- admite a possibilidade da alteridade, do diferente “surdo” identidade e autonomia linguística. (...) O ouvintismo crítico aceita a diferença surda e batalha em função da mesma, mas depende, para a sua estratégia, dessa superioridade posicional em relação ao saber. (SKLIAR, 2005, p. 61)

O que se pode constatar é que tanto o ouvintismo como o oralismo são formas de discriminação contra os surdos. Os surdos, como os deficientes auditivos, “compartilham uma história de discriminação e foram sujeitos de formas semelhantes de exclusão e opressão no passado” (MC DONNELL, 2016 apud BARNES; MERCER, 2003; LANE; FISCHER, 1993; OLIVER, 1990). Na verdade, a deficiência é uma forma de discriminação, pois exclui grupos de pessoas e este ato é a causa da deficiência.

No século XIX, Jean-Marc Itard, um médico, que morava no Instituto Nacional de Surdos-Mudos começou a realizar experimentos com os surdos, porque acreditava que os surdos tinham algum problema e que precisavam de um tratamento. (MC DONNELL, 2016 apud LANE 1984). Diferente dele Jean Massieu, professor do instituto, acreditava na existência da comunidade surda e em sua língua.

Na continuação do século, um evento marcante aconteceu. Foi a proibição da Língua Brasileira de Sinais. Médicos, Fonoaudiólogos e outros profissionais decidiram, no Congresso de Milão, o que deveria acontecer com a educação de surdos. Mesmo não sendo eles as pessoas mais adequadas para tal escolha. A partir deste momento, o oralismo passou a ser o método de ensino dos professores. As

crianças não podiam, de jeito nenhum, sinalizar, muitas vezes, suas mãos eram amarradas para que não falassem sua língua sinalizada (FRITZEN, 2003).

Em termos gerais o oralismo (ou a educação oral) refere-se a uma determinada abordagem pedagógica e organizacional adotada em escolas para crianças surdas. Não reconhece a condição cultural ou linguística das comunidades surdas e seu objetivo primário é a aproximação das crianças surdas à sociedade ouvinte (MC DONNELL, 2016, p. 781).

A oralização, como diz Mc Donnell, tem como objetivo aproximar as crianças surdas da sociedade ouvinte, para que sejam semelhantes a elas e não diferentes. Mesmo com a proibição imposta, os surdos não deixaram de comunicar em língua de sinais, porque não existia outro método eficaz de comunicação para eles (MC DONNELL, 2016).

Hoje os discursos apontam dois lados: o primeiro que é a favor dos direitos humanos, acreditando na língua de sinais e o segundo acredita no uso de tecnologias de correção (próteses) como um meio de apagar as diferenças surdas (THOMA, 2016). Para o surdo o que prevalece é a língua de sinais, sua identidade, cultura e vida na comunidade surda, para os médicos o que importa é a correção, a normalização e o lucro com os implantes oferecidos aos pais de crianças surdas.

Por anos, o direito linguístico dos surdos não lhes foi garantido. Houve um período em que os surdos eram proibidos de usarem a Libras, isto ocorria, porque acontecia um movimento de pessoas que desconheciam a cultura surda e sua forma de comunicação. Estas pessoas acreditavam que os surdos deveriam ser oralizados, ou normalizados. Para eles, os surdos eram deficientes e precisavam de correção. A proibição da Língua de Sinais aconteceu em um congresso conhecido como Congresso de Milão, ocorrido no ano de 1880. “As ações negativas quanto ao uso de sinais estiveram e estão em grande medida atreladas aos seguidores da filosofia oralista”. (GESSER, 2015, p. 58)

Após um período de reconhecimento da surdez como diferença, há o seu abafamento pela força, em particular, pela medicina, passando a predominar o valor da palavra falada. O marco da política de erradicação da língua de sinais e do afastamento dos profissionais surdos das instituições escolares acontece com o Congresso de Milão, em 1880 (embora o referido congresso seja citado como de caráter decisivo, tais políticas e práticas já eram aceitas em grande parte no mundo inteiro, constituindo não o começo, mas a legitimação oficial de uma situação). Esse evento internacional reuniu 174 profissionais da área da surdez, sendo todos ouvintes, com exceção de

Gallaudet, delegado norte-americano, que anos antes havia viajado a França, para buscar subsídios. (FRITZEN, 2003, p. 26)

Mesmo com a proibição de Milão os surdos não deixaram de se encontrar, eles o faziam de forma secreta, sem que ninguém soubesse. Faziam banquetes para reunir os surdos ricos da época, para contar suas conquistas, aptidões e capacidades. (FRITZEN, 2003)

Por volta dos anos 60 o oralismo começa a perder força na área científica, isto porque, Willian Stokoe se posicionou de forma contrária aos estudiosos daquele tempo. Stokoe investigava a Língua de Sinais e sua estrutura e, mais tarde, conseguiu provar que, de fato, a Língua de Sinais é uma língua. (FRITZEN, 2003). No Brasil, as proibições também aconteceram, Gesser relata como surgiu a primeira escola para surdos:

Da mesma forma que na ASL, na LIBRAS também se observa algum tipo de influência dos sinais franceses. Em 1855, um surdo francês chamado Ernest Huet chegou ao Brasil, com o apoio do imperador Dom Pedro II, para criar a primeira escola para surdos brasileiros. (...) O fato é que em setembro de 1857 foi fundado o Instituto Nacional de Educação de Surdo (INES), no Rio de Janeiro, no mesmo endereço em que se localiza até hoje. Durante anos, o INES tem sido o centro de referência e de formação dos indivíduos surdos. Embora, naquela época, as pessoas não fizessem menção à LIBRAS, sinais eram privilegiados na educação das crianças. Huet trabalhou também na formação de outros dois professores, conhecidos como os irmãos La Peña, que ajudavam na instrução dos surdos. A escola passou por mudanças radicais com a saída de Huet (então com sérios problemas financeiros e conflitos familiares) e com a entrada na administração de um médico chamado Tobias Rabello Leite (de 1868 até sua morte em 1896) (GESSER, 2009, p. 37).

Depois da saída de Huet e com as decisões tomadas no congresso de Milão os professores não poderiam mais usar a língua de sinais para ensinar e nem as crianças para se comunicar. Mesmo com todo este histórico de proibições da Língua de Sinais ela prevaleceu, e permanece até hoje. Tornou-se oficial no Brasil em 24 de abril 2002 com a lei 10.436 e, esta grande conquista, abriu e vem abrindo muitas portas para os surdos e os intérpretes de Libras.

2.2 A Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS

O capítulo anterior fala da importância da língua de sinais na formação da identidade dos sujeitos surdos e, neste capítulo, falarei um pouco mais sobre esta língua tão importante para a comunidade surda.

Existem muitas pessoas que usam as mãos para se comunicar. Que forma de comunicação é esta? Como as pessoas conseguem expressar tudo o que falamos oralmente, com as mãos? Será mímica? Gestos? Será um código secreto das pessoas que não ouvem? Não! A Língua de Sinais não é nada disso. Há, ainda, muitos mitos como estes que circulam por nossa sociedade. Uma pesquisa realizada por dois americanos, Klima e Bellugi (1979), sobre o uso da pantomima para a contação da história “O unicórnio no jardim”, conclui que as pantomimas ou mímicas tinham muitas possibilidades para um sinal, enquanto na Língua Americana de Sinais – ASL, permanecia apenas um modo de se fazer o sinal, a usada pela comunidade surda americana. Ainda, segundo a pesquisa, a pantomima tenta fazer o público enxergar o “objeto”, mas o sinal quer que se veja o símbolo criado para este objeto”. (GESSER, 2009). Esta pesquisa deixa claro que a Língua de Sinais é mais complexa do que a mímica. Mesmo que na Língua de Sinais existam os sinais icônicos ela não é só isto.

Outras pessoas pensam que a língua de sinais é universal e isto também é um equívoco, Gesser afirma que assim como nas comunidades de línguas orais, cada país, por exemplo, tem sua (s) própria (a) língua (s) e não é diferente na Língua de Sinais (GESSER, 2009). Isto envolve cultura. Surdos do Rio Grande do Sul não têm uma língua universal, talvez o sinal mãe de uma cidade seja totalmente diferente de outra. Cada comunidade tem suas características e seus vícios linguísticos.

Então, o que é a Língua Brasileira de Sinais? (GRASSI apud BRITO, 2009, p.21) define a Libras:

A LIBRAS é uma língua natural com toda a complexidade que os sistemas linguísticos que servem à comunicação e de suporte de pensamento às pessoas dotadas da faculdade de linguagem possuem. É uma língua natural surgida entre os surdos brasileiros da mesma forma que o Português, o Inglês, o Francês, etc. surgiram ou se derivaram de outras línguas para servir aos propósitos linguísticos daqueles que as usam.

A Libras é uma língua natural usada pela comunidade identificada como comunidade surda aqui no Brasil. Indagações como: “Quem criou a língua de sinais brasileira? Como ela surgiu?” São questões que podem ser dúvidas de muitas pessoas que passam a conhecer e a se relacionar com este povo. Gesser citando

Wilcox e Wilcox (1997) fala sobre os poucos materiais que existem dos surdos e para os surdos. Ela conta que o primeiro registro que se tem sobre a língua de sinais é de uma ilha pequena, localizada nos Estados Unidos, conhecida como Martha's Vineyard. Nesta ilha percebeu-se um número elevado de pessoas surdas hereditárias entre o século XVII ao XX. Até hoje a ilha é conhecida mundialmente como uma comunidade bilíngue, onde tanto a língua de sinais americana- ASL como o inglês são usados de forma simultânea. A autora ainda conta sobre o segundo registro da língua de sinais. Ela diz que a segunda evidência surgiu na França através de um livro escrito por um surdo no ano de 1779 defendendo sua língua contra os que nela não acreditavam (GESSER, 2009).

Sobre a origem da palavra Libras, esta mesma autora relata, em seu livro, como foi que ela surgiu. Ela diz que:

[...] essa denominação foi estabelecida em assembleia por membros da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) em outubro de 1993 e tem sido reconhecida pela Federação Mundial dos Surdos (WDF), pelo Ministério da Educação (MEC) e por educadores e cientistas do campo (GESSER, 2009, p 36)

Estes registros são muito importantes para que o sujeito surdo se torne conhecido pela comunidade ouvinte. Existem outros autores que falam sobre a Língua de Sinais e as definem. Quadros (2004, p. 19) diz que:

[...]a língua brasileira de sinais é uma língua visual-espacial articulada através das mãos, das expressões faciais e do corpo. É uma língua natural usada pela comunidade surda.

A língua, segundo Gesser (2009) pode ser natural ou artificial, ela diz que “a língua de sinais dos surdos é natural, pois evoluiu como parte de um grupo cultural do povo surdo (GESSER, 2009, p.12)”. Diferente das línguas naturais existem as artificiais, que são criadas principalmente para uma comunicação internacional. O Gestuno, por exemplo, é uma língua de sinais artificial criada, planejada e construída. Seu nome vem da Itália e seu significado é: “unidade em língua de sinais” (GESSER, 2009).

Santos, Silva, Cardoso e Moraes citando Strobel (2008)

a língua de sinais é uma das principais marcas da identidade de um povo surdo, pois é uma das peculiaridades da cultura surda, é uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos, sendo que é esta língua que vai levar o surdo a transmitir e proporcionar-lhe a aquisição de conhecimento universal (p. 44).

Dall'Alba fala que o principal fator de encontros de pessoas surdas é a língua de sinais. Sarturi (2015) define a língua de sinais

Como uma forma de comunicação na modalidade visual-espacial que capta as experiências visuais e possibilita o desenvolvimento linguístico e cognitivo dos sujeitos surdos, bem como permite o acesso a informações e conhecimentos universais (2015, p. 52).

Com todas estas definições podemos perceber a importância desta língua. Muitos autores pesquisaram a Língua de Sinais brasileira, dentre eles, um grande pesquisador chamado Willian Stokoe, o mais antigo pesquisador da língua de sinais, inclusive é considerado o pai desta Língua. Ele conseguiu comprovar que ela possui uma gramática (SARTURI, 2009).

A Libras possui cinco parâmetros linguísticos: configuração de mão; pontos de articulação ou locação; orientação de mão; movimento e expressões não manuais. “A configuração de mão é a forma da mão quando existe a sinalização, pode ser tanto a datilologia (alfabeto) ou outras formas feitas pela mão dominante (mão direita para os destros) (SARTURI, 2015, p. 53)”. Existe uma tabela que mostra as 46¹ configurações de mãos da língua de sinais.

“Os pontos de articulação são as áreas do corpo onde se articula a mão predominante configurada, o sinal pode tocar uma parte do corpo ou estar em espaço neutro vertical (SARTURI, 2015, p. 55)”.

Já a orientação de mão indica o local da direção que a palma da mão aponta quando produzimos o sinal, existem seis tipos de orientações: para cima, baixo, para o corpo, frente, direita e esquerda (SARTURI 2015 apud QUADROS e KARNOPP 2004 p.57).

“O movimento pode envolver formas e direções diferentes, bem como também os movimentos internos, do pulso e os direcionais no espaço (Sartori, 2015, p. 58)”. E, por fim as expressões não manuais são expressões corporais e faciais que são os movimentos do tronco, da cabeça e olhos e da face feitos no mesmo instante que o sinal.

¹ As 46 configurações de mão estão anexadas neste trabalho.

Todos estes autores se referem a Língua de Sinais e a seus parâmetros, como algo muito importante para um povo, e de fato ela é. A Libras traz consigo a identidade dos surdos que dela se apropriam. Faz parte da natureza dos surdos e é a forma de se expressar mais eficaz para eles, através dela os surdos têm seu direito de ser cidadãos garantido, tem opinião, tem suas necessidades básicas ao alcance e uma de nossas necessidades básicas é a linguagem, através dela nos relacionamos com outros, vivemos e aprendemos. Falando do papel importante da linguagem, Lacerda nos diz

É pela linguagem e na linguagem que se pode construir conhecimento. É aquilo que é dito, comentado, pensado pelo indivíduo e pelo outro, nas diferentes situações, que faz com que conceitos sejam generalizados, gerando um processo de construção de conceitos que vai interferir contundentemente nas novas experiências que cada indivíduo venha a ter. Ele se transforma através dos conhecimentos construídos, transforma seu modo de lidar com o mundo e com a cultura, e essas experiências geram outras num continuum de transformações e desenvolvimento. (2013, p. 6)

A autora está falando desta necessidade básica de se comunicar, através desta crescemos, aprendemos, criamos conceitos e os desfazemos também, nos transformamos em pessoas melhores. E continua afirmando sobre o papel da escola neste processo de aquisição da linguagem. Vejamos:

Considerando que a aquisição da linguagem é um processo evolutivo, no qual as crianças constroem hipóteses e fazem reorganizações discursivas, a responsabilidade da escola é marcante, indicando que aqueles que atuam neste espaço precisam realizar ações que favoreçam o desenvolvimento de linguagem da criança de forma ampla. Desse modo, cabe atuar no ambiente escolar, já que a língua/linguagem se desenvolve no fluxo das interlocuções. No caso dos alunos surdos, o contato com essa língua/linguagem dependerá da presença de usuários de Libras- sua língua de acesso à linguagem- e em muitos contextos educacionais, fundamentalmente, da presença do intérprete de Libras, para mediar relações dialógicas entre interlocutores de línguas diferentes. (LACERDA, 2013, p. 7)

É muito importante que o aluno surdo tenha na escola acesso a sua língua. Ter a Língua de Sinais, ter contato com, com professores surdos e intérpretes que conheçam e usufruem desta língua é de grande importância para que a criança surda desenvolva sua linguagem e sua identidade. Gesser (2009) citando Hornenberger (1998) complementa este raciocínio dizendo que “o respeito à diferença linguística lhe é garantido só e se a educação é feita em sua língua natural. Todos os cidadãos devem ter o direito de serem educados em sua própria língua (GESSER, 2009, p. 59 apud HORNENBERGER, 1998) ”.

O bilinguismo precisa ser realidade na vida dos surdos, para que seus direitos linguísticos sejam garantidos. Por todos estes motivos percebe-se a relevância da LIBRAS para os surdos. Ela possibilita ao sujeito surdo o direito de se comunicar e se transformar através do contato com outros surdos e também ouvintes que se interessam pela língua e pelo povo surdo. “Através da língua refletimos sobre nossa linguagem e isto nos faz compreender a fala de outros para que possamos nos fazer entender pelo outro, através do diálogo (LACERDA, 2013, p.7)”. É um aprendizado que acontece constantemente através da comunicação.

2.3 O intérprete e tradutor da língua brasileira de sinais-LIBRAS

O profissional Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (TILS) - é necessário para a comunidade surda. É a pessoa apta, que domina duas línguas, a língua de sinais e a língua falada em seu país (Quadros, 2004). Quadros dá a definição do tradutor-intérprete como sendo “a pessoa que traduz e interpreta o que foi dito e/ou escrito. Elsner diz que o intérprete de libras “tem o papel de traduzir a comunicação entre duas pessoas que não utilizam a mesma língua, ou seja, passar a informação de uma língua para outra, com neutralidade e fidelidade” (ELSNER, 2015, p. 63).

Por muito tempo, o intérprete de Libras não foi valorizado como profissional e auxiliava na comunicação entre surdos e ouvintes de forma voluntária. Com o tempo os surdos conquistaram espaço na sociedade e começaram a participar de movimentos sociais. Fato significativo foi quando Abade de L’Epee expôs a importância de um intérprete de Libras. No ato, ele fez demonstrações a nobres, filósofos e educadores se comunicando com os surdos através de gestos e os surdos respondendo através da escrita (Muller, 2016). L’Epee queria provar a todos que os surdos eram seres humanos e possuíam sua própria língua. Depois de passarem por muitas lutas (proibição da língua de sinais em 1880, surdos obrigados a falar oralmente, exclusão social etc.).

Os surdos foram sendo inseridos e incluídos na e conseqüentemente necessitavam de intérprete de Libras para mediar a comunicação entre eles e os ouvintes. Outro fato importante para a valorização destes profissionais, foi o

reconhecimento da Libras como língua de fato, aqui no Brasil, isto ocorreu no dia 24 de abril de 2002 (QUADROS, 2004).

Podemos afirmar então, que não existe intérprete de Língua de Sinais sem surdos e sem o Intérprete o surdo “não tem voz”. Um depende do outro e se cria uma relação interessante entre estes dois sujeitos. Mas esta relação não pode ser confundida, como muitas vezes acontece.

Muita gente confunde o profissional TILS (Tradutor e Intérprete de Libras) com um professor, cuidador ou educador especial. É preciso que fique claro que o tradutor/intérprete de Libras tem a mesma função de um tradutor/intérprete de qualquer língua oral. Seu papel é traduzir a comunicação entre duas pessoas que não utilizam a mesma língua, ou seja, passar a informação de uma língua para outra, com neutralidade e fidelidade. (ELSNER, 2015, p 63).

A afirmação da autora confirma que o intérprete de Libras não é um docente (está não é sua formação), não tem papel de cuidador e nem educador especial. Como qualquer outro tradutor/intérprete, o intérprete de Libras é um mediador de diálogos entre pessoas que possuem línguas diferentes. Aqui no Brasil o intérprete deve dominar tanto a língua brasileira de sinais quanto a língua portuguesa. (ELSNER, 2015).

O interpretar envolve um ato COGNITIVO-LINGUISTICO, ou seja, é um processo em que o intérprete estará diante de pessoas que apresentam intenções comunicativas específicas e que utilizam línguas diferentes. O intérprete está completamente envolvido na interação comunicativa (social e cultural) com poder completo para influenciar o objeto e o produto da interpretação. Ele processa a informação dada na língua fonte e faz escolhas lexicais, estruturais, semânticas e pragmáticas na língua alvo que devem se aproximar o mais apropriadamente possível da informação dada na língua fonte. Assim sendo, o intérprete também precisa ter conhecimento técnico para que suas escolhas sejam apropriadas tecnicamente. Portanto, o ato de interpretar envolve processos altamente complexos” (QUADROS, 2004, p 27)

Esta outra autora, falando mais profundamente sobre o assunto coloca como é complexo o ato de interpretar. Não é simplesmente interpretar. Exige muita dedicação, leituras sobre diversos assuntos, para assim, adquirir um conhecimento técnico e aprofundado. Como um tradutor-intérprete poderia trabalhar nas eleições sem ter o mínimo de conhecimento sobre a política? Talvez ele, por falta deste conhecimento técnico que a autora fala, poderia se atrapalhar e mudar informações importantes que poderiam influenciar a escolha da comunidade surda na hora de votar. Na Universidade, se o intérprete trabalhar traduzindo e interpretando aulas do curso de

Direito e não ter domínio do vocabulário utilizado nesta área, poderá, inevitavelmente, fazer com que o aluno surdo reprove na disciplina ou aprenda conceitos de forma equivocada, isto seria terrível tanto para o profissional intérprete quanto para o aluno.

Outra dominância essencial para o intérprete é a expressão facial. Esta faz parte da Língua Brasileira de Sinais e precisa ser colocada em prática no momento da interpretação. Aqueles que não tem este domínio devem procurar cursos que ensinem as expressões faciais.

Lacerda explica de uma forma bonita a profissão do intérprete: “O ato de traduzir e interpretar implica em se distanciar da sua língua materna e imergir na língua estrangeira na tentativa de chegar aos sentidos pretendidos” (Lacerda, 2013, p 20). Ela ainda diz que “o papel do intérprete é dar nova forma ao sentido percebido, garantindo que a mensagem original seja contemplada em seus mínimos detalhes” (2013, p 16).

Algumas leis que influenciam direta ou indiretamente o profissional intérprete são: lei 10.098/00 lei de acessibilidade, lei 10.172/01 lei do Plano Nacional de Educação, Resolução MEC/CNE- 02/2001 Diretrizes Nacionais para a Educação e Portaria 3.284/2003 que aponta para a acessibilidade no Ensino Superior. (QUADROS, 2004, p 17)

Outro fator importante desta profissão é a ética profissional. Em todos os momentos o intérprete deve ser neutro, por exemplo, se ele for interpretar uma consulta médica, ele não irá dar opiniões, não poderá omitir e nem acrescentar informações, não poderá comentar com outras pessoas, sejam surdos ou intérpretes, os acontecimentos do evento. Sigilo total. Como diz Quadros: “a ética deve estar na essência deste profissional.” (QUADROS, 2004, p 31).

Como em muitas profissões, para o tradutor-intérprete, existe o código de ética², que foi aprovado num congresso de Intérpretes que aconteceu no Rio de Janeiro em 1992. Este código de ética orienta os profissionais tradutores/intérpretes sobre como deve ser sua conduta como profissional.

Com tudo o que foi dito neste capítulo, podemos perceber o quão recente são as leis que procuram assegurar o acesso de surdos nas vivências dos ouvintes, importantes conquistas para o reconhecimento do povo surdo e também do profissional intérprete/tradutor de Língua Brasileira de Sinais-Libras. Hoje, talvez, a

² O código de ética do profissional Intérprete de Libras está em anexo nesta monografia.

sociedade ainda não está preparada para a inclusão, mas aos poucos os intérpretes e os surdos estão avançando em suas conquistas de espaços, porém ainda á muito o que lutar. Afinal as lutas existem para serem ultrapassadas e vencidas e elas serão!

3 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Neste trabalho, optei por um estudo qualitativo, descritivo e exploratório, com o objetivo de verificar de forma prática como está acontecendo a inclusão de surdos em uma universidade. Gil afirma que “a pesquisa social tem como objetivo descobrir respostas para problemas usando procedimentos científicos, ele, ainda, fala que através dela pode-se obter novos conhecimentos no campo da realidade social” (2008, p. 26).

Com forme o autor a pesquisa exploratória é feita para se obter uma visão mais ampla de algum assunto, sua principal usabilidade é para esclarecer e mudar conceitos (Gil, 2008).

Chizzotti (2003) falando sobre a pesquisa qualitativa afirmando:

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações. (2003, p. 79)

Na pesquisa qualitativa, essencial é o pesquisador. Ele precisa deixar seus conhecimentos adquiridos e se abrir a novas informações. O pesquisador não defende nem uma das partes, ele apenas as ouve e analisa todos os lados (CHIZZOTTI, 2003).

O instrumento de pesquisa utilizado neste trabalho foi a entrevista informal, feita de pesquisador para pesquisado frente a frente; o pesquisador faz perguntas que o interessa para a pesquisa (GIL, 2008). Na entrevista informal o que se pretende é uma visão geral do problema e é isto o que busco com esta pesquisa.

Os sujeitos de pesquisa foram: uma professora da Universidade, com graduação em Biologia, Mestre em educação e Doutora em Desenvolvimento Regional; uma estudante surda graduanda de Pedagogia, que está no segundo semestre do curso, e duas intérpretes de Libras, a primeira trabalha na Instituição e é formada em Artes Plásticas Licenciatura com pós-graduação em Psicopedagogia e formação em Tradução e Interpretação da Língua Brasileira de Sinais; e a segunda

intérprete, trabalha na Instituição desde 2001, é graduada em Letras Português/Inglês, Pós-Graduada em Tecnologia Assistiva-Comunicação Alternativa Libras e com formação para a Tradução e Interpretação da Língua Brasileira de Sinais.

4 OS DESAFIOS DA INSERÇÃO DE UMA ESTUDANTE SURDA EM UM CURSO DA GRADUAÇÃO NA UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL

4.1 A Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC

A UNISC³ é mantida pela Associação Pró-Ensino na cidade de Santa Cruz e foi criada em 1962. Nesta época, a APESC já sonhava com uma Universidade, mas percorreu um longo caminho até atingir esse objetivo.

O projeto que deu origem à UNISC foi construído com intensa participação da comunidade acadêmica e regional. A Carta-Consulta com vistas à criação da Universidade foi aprovada em 1991, pelo Conselho Federal de Educação - CFE dando iniciando um processo de transição em que foram extintas as Faculdades, com reorganização de seus departamentos, que passaram a ligar-se diretamente à Administração Superior. Em 1993 a criação da UNISC se finda com muito êxito, passando a chamar-se Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC.

Em 1994 a UNISC implantava seu primeiro curso de Pós-Graduação Stricto Sensu, o Mestrado em Desenvolvimento Regional que, desde 2002, também oferece Doutorado. Hoje a UNISC oferece Mestrado e Doutorado em Direito, além de mais seis Mestrados: Letras, em Sistemas e Processos Industriais, em Tecnologia Ambiental, em Educação, em Promoção da Saúde e em Administração.

Na Educação Superior, o fato de ter conseguido o status de Universidade fez com que a Instituição se direcionasse a novos horizontes. Novos cursos foram criados na saúde: Psicologia, Enfermagem, Fisioterapia, Odontologia, Nutrição, Farmácia e Medicina.

Houve expansão nos cursos de Engenharia, criou-se os cursos: Engenharia Agrícola, Engenharia de Produção, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Computação e Engenharia Elétrica. O caráter comunitário da UNISC fez com que ela crescesse acompanhando os avanços tecnológicos sem se descuidar da atenção ao ser humano e ao meio ambiente.

³Estas informações foram retiradas do site da Universidade de Santa Cruz do Sul. E pode ser encontrado no link: <http://unisc.br/pt/home/a-universidade>. Acesso em 10 de dezembro de 2016.

Outra preocupação permanente é com a qualidade do trabalho que realiza. Foi dessa forma que a Universidade se destacou, em 2008, na avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) do Ministério da Educação - MEC. Em 2010, novamente, foi analisada e conseguiu a nota máxima, cinco, na Avaliação Institucional Externa INEP/SESu/MEC. Em 2011, a Universidade obteve seu credenciamento por mais dez anos pelo MEC.

A UNISC é uma universidade que se preocupa com a inclusão, mas incluir não é apenas matricular alunos surdos, é preciso mais. Sobre o assunto GRASSI (2009, p.29) afirma que:

Somos sabedores que a inclusão vai além da presença física, é muito mais do que a acessibilidade arquitetônica, e mais ainda do que matricular os alunos com necessidades especiais. Os aspectos culturais, econômicos, sociais e principalmente o respeito, a valorização, a potencialização das diferenças, a vivência diária compartilhando espaços e moldando relações, são imprescindíveis para uma sociedade inclusiva e devem ser construídas no âmbito escolar e social. Igualmente importante, é a formação continuada dos professores, a fim de que tenham condições e conhecimento para atender as diferenças, reorganizar seu planejamento de ensino e suas práticas pedagógicas.

O educando surdo ingressante da faculdade é um sujeito que conseguiu superar muitos obstáculos de comunicação, atitudinais, econômicas e sociais. Sujeito que ao longo de sua escolaridade construiu e apropriou-se de saberes que foram construídos historicamente, possibilitando, desta forma, avanços em sua escolaridade. É desafiador para alunos surdos ingressarem, permanecerem e concluírem um curso de nível superior. (GRASSI, 2009)

A portaria Nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, no artigo 2 (alínea) item III tem algumas recomendações sobre como deve ser a atitude da universidade quando tiverem alunos surdos matriculados, diz assim:

III - quanto a alunos portadores de deficiência auditiva, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso

- a) de propiciar, sempre que necessário intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
- b) de adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando conteúdo semântico;
- c) de estimular o aprendizado da Língua Portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado;

d) de proporcionar aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade linguística do portador de deficiência auditiva. (ANSAY, 2007, p.127).

Esta portaria destaca, mais uma vez, o intérprete de Libras. Componente importante para que a inclusão aconteça com êxito. Ressalta, ainda, a portaria, sobre a relevância de o professor, na hora de corrigir as provas escritas, considerar a escrita dos surdos, que é diferente da língua portuguesa.

Escolhi a UNISC para realizar minha pesquisa porque sei da sua dedicação em agregar, inserir e acolher pessoas de diferentes culturas, aliás, nos seus compromissos como instituição consta sobre seu compromisso com os direitos humanos, baseado nos princípios da dignidade humana, da igualdade de direitos, do reconhecimento e da valorização das diferenças e das diversidades, da laicidade do Estado, da democracia na educação, da transversalidade, vivência e globalidade, e da sustentabilidade socioambiental. Um compromisso firmado que faz com que, os surdos, cegos, negros e todos os que possam ser diferentes do padrão que a sociedade dita como normal, sejam aceitos e bem vistos.

O interesse da UNISC com sujeitos surdos existe a longo tempo. De acordo com o Núcleo de Apoio Acadêmico (NAAC), a inserção de surdos acontece desde o ano de 2000, quando uma mulher surda fez o vestibular para o curso de Pedagogia, a mesma que permaneceu na universidade até se formar. Neste momento foi criado o NAAC que é apresentado abaixo:

4.2 Núcleo de apoio acadêmico- NAAC

ONAAC⁴ é um espaço de acolhimento, orientação e atendimento às demandas provenientes do processo ensino-aprendizagem dos estudantes de graduação, pós-graduação, cursos técnicos e docentes da UNISC. Auxilia individualmente ou em grupo, na formação pessoal e acadêmica do estudante, atuando nas dificuldades emocionais, de aprendizagem e/ou promovendo recursos de acessibilidade. Também se configura como um espaço de formação, através de estágios na área da Psicologia, e de avaliação das diferentes variáveis que incidem sobre as situações de ensino-aprendizagem no ensino superior, através de equipe multiprofissional. Os serviços e

⁴Estas informações foram retiradas do site da Universidade de Santa Cruz do Sul. E pode ser encontrado no link: <http://unisc.br/pt/naac/apresentacao>. Acesso em 10 de dezembro de 2016.

apoios, realizados pelo NAAC, têm como pauta a legislação específica vigente, visando o compromisso de educação para todos, através de leis citadas nos links interessantes.

Apoios e serviços

a) Apoio especializado aos candidatos com necessidades educacionais especiais no processo seletivo vestibular;

b) Apoio e acompanhamento psicopedagógico que visa identificar as possíveis dificuldades no processo educacional, por ora enfrentadas pelo estudante, avaliando seu potencial acadêmico e orientando-o a adotar métodos de estudos mais eficazes;

c) Apoio e acompanhamento biopsicossocial ao estudante, através da psicologia e da psiquiatria, quando há sofrimento psíquico e dificuldades emocionais e/ou orgânicas, que dificultem a aprendizagem e o rendimento acadêmico;

d) Apoio e acompanhamento aos estudantes com necessidades educacionais especiais – NEE, sendo estas deficiências, transtorno global do desenvolvimento – espectro autista, altas habilidades/superdotação e transtornos de aprendizagem, disponibilizando recursos e ferramentas que promovam a acessibilidade metodológica, arquitetônica, comunicacional, atitudinal e instrumental;

e) Orientação profissional, com o objetivo de reorientar o acadêmico quanto a sua escolha profissional;

f) Assessoria aos docentes e colegiados de curso, com o objetivo de orientá-los para melhor acompanhamento e auxílio aos estudantes que apresentem alguma dificuldade durante sua trajetória acadêmica;

g) Oficinas de Aprendizagem do Programa de Nivelamento Acadêmico – PINAC, oferecidas a estudantes com dificuldades específicas nas áreas da escrita, leitura, interpretação de textos, realização de cálculos e etc.;

h) Cursos, oficinas e capacitações ofertadas aos docentes e funcionários, para promover o conhecimento e a sensibilização acerca dos educandos com necessidades específicas com o intuito de promover mudanças atitudinais e metodológicas frente às diferenças e, na conseqüente inclusão destes alunos dentro do espaço acadêmico;

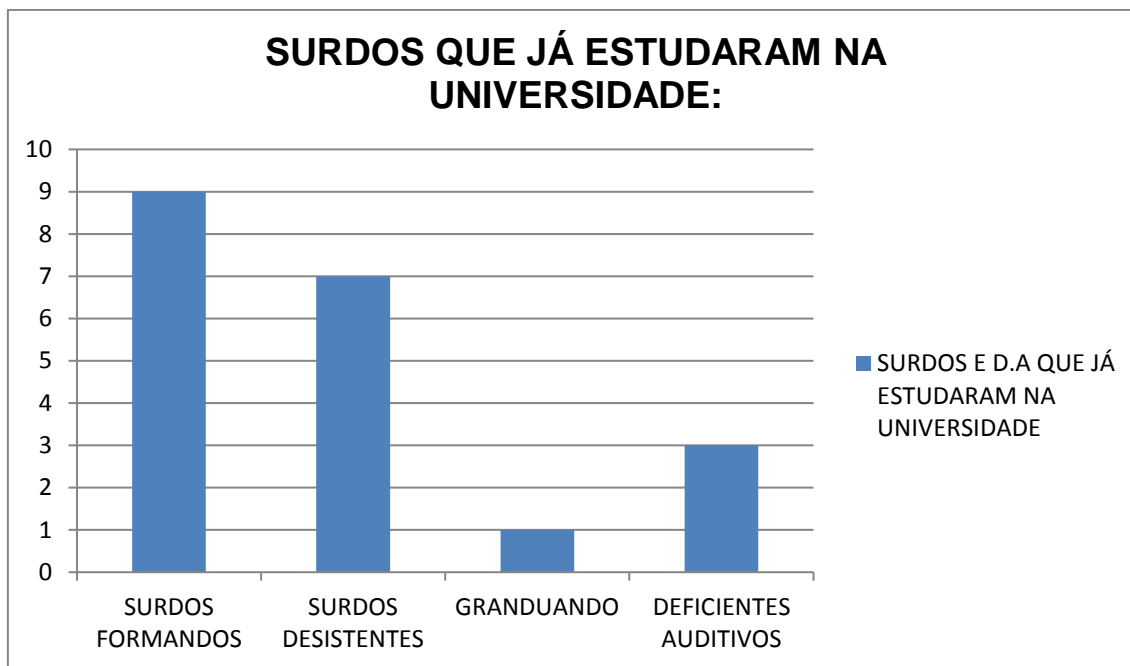
i) Capacitação ofertada periodicamente aos funcionários e docentes, na área da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; e

j) Grupos de apoio aos estudantes para desenvolvimento de temas relevantes na trajetória acadêmica, sob a mediação de profissionais da área correspondente.

Outra informação importante que obtive através de uma entrevista realizada com uma das intérpretes do NAAC, foi sobre o ofício que é mandado para os professores e departamentos quando se tem matriculado educandos (as) surdos (as) na universidade. O documento é mandado para os professores, para que tenham ciência e se preparem antecipadamente através da adaptação do currículo para receber este aluno ou aluna surdo (a). No ofício consta a condição do aluno surdo, seu nome e sua precisão de um intérprete de libras, ele será enviado através do NAAC, com sugestões de como atendê-lo em sala de aula e as disciplinas que o aluno está matriculado. Os estudantes surdos também recebem este ofício.

O NAAC oferece esses e outros serviços necessários para a comunidade acadêmica. Para obter acesso aos serviços garantidos do NAAC, basta que os coordenadores ou professores solicitem ao Núcleo de Apoio Acadêmico, a ajuda desejada, será realizado um cadastro dos estudantes e outros procedimentos necessários para o seu atendimento. A equipe do NAAC é composta por uma coordenadora, duas Intérpretes de LIBRAS, uma Psicopedagoga, uma Psicóloga, três Técnicos Administrativos, uma Psiquiatra, uma Educadora Especial e duas Estagiárias de Psicologia.

Como já disse, a UNISC se preocupa com a inserção de surdos, especificamente, a partir do momento em que uma surda surgiu na universidade para fazer o vestibular que foi no ano 2000, no vestibular de verão para o curso de Pedagogia, ela foi a primeira surda que concluiu a graduação. A partir deste momento, então, se inicia todo um processo de ajustes de disponibilizar tradutores Intérpretes nas aulas, para garantia do direito linguístico da aluna. A inserção dessa educanda abriu portas para que outros alunos surdos ingressassem na Universidade. Eis um gráfico dos acadêmicos surdos que estudaram na Universidade do ano 2000 até o presente ano, 2016:



Os alunos que se formaram são: uma do curso de Pedagogia, um de Licenciatura da computação, duas da Administração, uma na Pós-Graduação em Marketing, uma aluna do Técnico em Enfermagem, um aluno do Técnico em Informática e outras duas alunas que, já formadas na graduação, vieram para a Universidade para fazer uma Formação Pedagógica para licenciatura.

Dos alunos que desistiram: um começou no curso de Comunicação e trocou para o Direito, uma aluna do curso de Estética e Cosmetologia, uma do curso de Fotografia, um aluno do curso de Contabilidade e outras três alunas, dos cursos de Técnico em Radiologia, Serviço Social e Matemática.

Atualmente, estudam na Instituição, uma aluna surda no curso de Pedagogia e três deficientes auditivos, estes não necessitam dos trabalhos do NAAC, pois não usam língua de sinais e não se identificam com a comunidade surda.

Muitos alunos surdos já fizeram parte da UNISC. Alguns se formaram, outros desistiram e alguns permanecem. Existe ainda, a previsão de mais surdos se matricularem. Todos foram bem recebidos, acolhidos e tiveram seu direito linguístico de ter uma intérprete de Libras em sala. Existem estes e outras muitas razões a Universidade é bem vista na região e em outras localidades do estado.

4.3 Dados da entrevista realizada com uma intérprete, uma surda e uma professora da universidade

Nessa pesquisa foi realizada entrevista informal com três pessoas ligadas a Universidade e que conhecem este processo de inserção na universidade. A primeira pessoa foi uma aluna surda, que atualmente cursa o segundo semestre do curso de Pedagogia; ela disse que quando entrou na Universidade, se sentiu preocupada e pensou que não conseguiria acompanhar os colegas, mas se adaptou com o passar dos meses. Segundo ela seu relacionamento com os professores é normal e se comunica com eles através da escrita. Sobre a relação com os colegas, disse ser uma boa relação, os colegas sempre estão dispostos a ajudar.

Questionei sobre o que seria preciso para uma inserção eficaz sua na UNISC e a educanda mencionou que é preciso atenção maior dos professores em relação á cultura surda e suas especificidades. O currículo precisa de uma adaptação para que o aluno surdo se sinta inserido na sala de aula. Skliar (2009, p. 17) apud Benderly (1982) fala sobre os professores ouvintes que atuam em salas de aula

Os professores ouvintes usam a fala em sala de aula, não conhecem e não reconhecem a competência da língua de suas crianças [adultos] na língua de sinais e não entram na comunidade de seus antigos [e atuais] alunos, exceto em circunstâncias especiais. (BENDERLY, 1982)

O autor se refere às crianças surdas na sala de aula, mas com o relato da aluna surda podemos ver que na universidade isto também acontece. Sobre a questão de o currículo ser adaptado, Skliar (2009, p.164) diz que “é necessário pensar em um currículo que seja capaz de ver a surdez como uma diferença construída historicamente, a partir de uma determinada cultura”, a fala dele deixa expressa a necessidade de o professor conhecer a cultura surda. Lacerda (2013, p. 70) acredita que

Os conteúdos e aulas são preparados em português por uma professora falante fluente em português que em sua exposição utiliza gestos gírias, comentários pertinentes a esta língua, e que auxiliam nos processos de significação que as atividades demandam.

A autora expõe que quando o professor é ouvinte, a aula é toda pensada em português para os ouvintes, assim os surdos são “deixados de lado”. O currículo não

é feito para todos, mas os conteúdos são focados nas necessidades da maioria como é o caso da universidade, onde a maioria são ouvintes.

A segunda entrevista foi com uma Intérprete de Libras, graduada em Artes Visuais, pós-graduada em Psicopedagogia e em Educação de Surdos e que possui formação para atuar como Tradutora e Intérprete da LIBRAS. Ela destacou sobre uma inquietação com a inclusão na Universidade (os professores se preocupam se estão falando rápido demais), porém muitas vezes, na prática é esquecida. Ela acredita que se o professor não domina a língua de sinais não existe entre ele e o aluno surdo um relacionamento. Para Lacerda (2013, p. 75) apud Lacerda (2006) fala sobre esta relação dos alunos com o professor e colegas:

(...) O aluno surdo é usuário de uma língua que nenhum companheiro ou professor efetivamente conhece. Ele é um estrangeiro que tem acesso aos conhecimentos de modo diverso dos demais e se mantém isolado do grupo (ainda que existam contatos e um relacionamento amigável). A questão da língua é fundamental, pois sem ela as relações mais aprofundadas são impossíveis, não se pode falar de sentimentos, de emoções de dúvidas de pontos de vista diversos. (...) A relação do aluno surdo com os demais (colegas ouvintes) se limita a trocas de informações básicas, que são enganosamente “imaginadas por todos” como satisfatórias e adequadas. Ele por não conhecer outras experiências só pode achar que este ambiente que vive é bom. (...) (LACERDA, 2006, p.177)

A fala da autora expõe o que, muitas vezes, acontece com os alunos surdos em sala de aula. Não existe uma relação de fato, tanto entre alunos ouvintes com aluno surdo, como do educando surdo com o professor, pois a comunicação inexistente. Conhecer a língua de sinais é muito importante, assim os alunos surdos poderiam ter uma relação melhor com os colegas e principalmente com o professor que é a principal fonte de informação.

A intérprete entrevistada fala sobre seu relacionamento com os colegas da educanda surda: “é uma boa relação, os colegas são solidários e sempre estão dispostos a ajudar e facilitar nos trabalhos em grupos, além de possuírem o interesse em aprender a LIBRAS. Questionei sobre os desafios para uma inclusão eficaz, e ela expôs sua opinião. Disse que é preciso empatia, se colocar no lugar do outro e perceber suas necessidades, disse também que a UNISC, se preocupa com a inserção de surdos, deveria divulgar mais vídeos com intérpretes de LIBRAS, para que outras pessoas se conscientizassem da sua importância. Fernandes (2011, p. 45) afirma que:

A representação social da surdez em nossa sociedade vem contribuindo negativamente para o trabalho pedagógico desenvolvido com a criança surda. As referências às pessoas surdas vão do termo surdo-mudo, como se todos os surdos fossem mudos, ao reducionismo de se achar que o surdo é apenas alguém que não ouve ou a quem só falta falar.

A autora nesta citação mostra como é a visão da sociedade ouvinte em relação aos surdos. Muitos são os equívocos. Para Fernandes (2011, p. 45) estas representações da sociedade “estruturam o saber cotidiano, as teorias populares, o senso comum, enfim, tudo o resulta do conhecimento prático, orientado para a compreensão do mundo e para a comunicação entre os indivíduos. Estas representações são formadas em vários momentos: quando as pessoas se encontram para dialogar, nas redes sociais etc. (FERNANDES, 2011 apud GUARESCHI, 1997).

A terceira e última entrevista foi com uma professora graduada em Biologia, Mestre em Educação e Doutora em Desenvolvimento Regional, que atua como professora da Universidade. Ela disse que não houve dilemas ao descobrir ter uma educanda surda em aula no semestre, pois já havia tido contato com outros surdos e, acrescentou que o NAAC já havia mandado o ofício com orientações. Perguntei da sua relação com a aluna surda e ela disse que acredita ser cordial sua convivência com a aluna, mas por instantes esquece de sua condição de surda.

Sobre os desafios para uma inserção efetiva na Universidade, ela acredita que acontecerá quando houver infraestrutura para que o aluno surdo possa ter o auxílio de intérpretes em horários extraclasse e quando o educando surdo entender o verdadeiro papel do intérprete de Libras, buscando fazer sua própria carreira na Universidade e não sendo dependente do intérprete. Ressalta ainda, que é preciso um amadurecimento das duas partes: professor e aluno, evitando o isolamento cultural. Skliar (2011, p. 140) apud Freire (1995, p. 74) fala sobre a importância do diálogo entre professor e aluno

A dialogicidade não pode ser entendida como instrumento usado pelo educador, às vezes, em coerência com sua opção política. A dialogicidade é uma exigência da natureza humana e também um reclamo da opção democrática do educador. Não há comunicação sem dialogicidade e a comunicação está no núcleo do fenômeno vital... (FREIRE, 1995, p. 74)

Paulo Freire coloca o diálogo como essencial, como algo natural que precisa ser praticado. Como já falado não há como existir diálogo entre alunos surdos e professores ouvintes sem que estes aprendam sobre a cultura surda e sem o

profissional intérprete de Libras, este que como já disse anteriormente é essencial para que exista uma comunicação de ouvintes e surdos saudável. O intérprete de Libras é quem vai facilitar este diálogo promovendo aos sujeitos surdos o direito de serem “ouvidos” e entendidos e o dever de “ouvir” o que professores têm a dizer sobre sua vida acadêmica. Relação de intervenção, esta é a função intérprete de Libras, que não pode ser negado aos surdos, em nenhuma hipótese, pois o intérprete é a sua voz na universidade.

5 CONSIDERAÇÕES

A presente pesquisa discute como está acontecendo a inserção de alunos surdos na Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. O processo eficaz dos surdos na Universidade é cada vez mais necessário, pois os surdos estão adentrando no mundo universitário e se apropriando desse espaço. As universidades precisam garantir o direito linguístico dos surdos e mais conhecê-los e se adequarem a eles. Profissional importante para a inserção de surdos é o intérprete de Libras, ele deve estar presente em todos os momentos da vida do sujeito surdo na universidade. Sem ele não há comunicação entre ouvintes e surdos pois ele media as relações de alunos e professores e deve ser disponibilizado em todas as etapas da vida acadêmica do estudante surdo.

Outro fator importante é a língua de sinais. Ela é essencial para a comunidade surda, sem ela, estes não se constituem seres surdos. Por isso, o uso da LIBRAS deve ser de forma livre pelos surdos e ouvintes na universidade.

Estar na Universidade é sonho para muitos surdos e a universidade deve se preparar para que quando o sonho se realizar, ela esteja preparada para recebê-los de “braços abertos” e incluí-los conforme suas possibilidades. Isso pode ser feito através da adaptação dos currículos, disponibilizando intérpretes de Libras qualificados e criando órgãos específicos para atendê-los.

O que se constatou com esta pesquisa é que a universidade não se transforma da noite para o dia, promovendo uma inserção de surdos eficaz tão rapidamente. É preciso uma desconstrução de conceitos outrora adquiridos, despir-se de estereótipos criados pela sociedade e ter um novo olhar sobre a surdez, os surdos e sua cultura e a Universidade de Santa Cruz do Sul não está longe de conseguir alcançar estes objetivos e, aos poucos, está avançando neste processo.

REFERÊNCIAS

AGNES, C.; Helfer, I. **Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos**. 1.ed. atualizada. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2013.

ANSAY, Noemi Nascimento. **A Inclusão de alunos surdos no Ensino Superior**. 2007. 136 f. artigo recorte dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Paraná. 2007.

BRASIL. Lei n^o 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS e dá outras providências**. Brasília, DF. 24 abr. de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm Acesso em: 17 dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n^o 3.284, de 7 de novembro de 2003. **Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições**. *Diário Oficial da União* de 3 de dezembro de 1999, Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria3284.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2016.

CHIZZOTTI. Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ELSNER, Raisia de Matos. O TILS: Tradutor/intérprete de língua brasileira de sinais (LIBRAS). In: GOMES, A. P. G.; HEINZELMANN, R. O. **Cadernos Conecta Libras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2015.

FERNANDES, Eulalia. **Surdez e Bilinguismo**. 4.ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

FRITZEN, Elenilce Negri. **Representação de Alunos e Alunas do Curso Normal a Cerca da Surdez e dos Sujeitos Surdos**. 2003. 53 f. Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação de Surdos. Universidade de Santa Cruz do Sul. 2003.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da Língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, A. P. G.; HEINZELMANN, R. O. **Cadernos Conecta Libras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2015.

GRASSI, Dayse. **Inclusão de Surdos na Universidade – Um estudo de caso**. 2009. 45 f. Trabalho de Conclusão Curso de Especialização em Educação Profissional

Tecnológica Inclusiva. Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso 2009.

KARNOPP, L.; KLEIN, M.; LAZZARIN, M. L. L. **Cultura Surda na Contemporaneidade: negociações, intercorrências e provocações**. Canoas: Ulbra, 2011.

LACERDA, Cristina B. F. **Intérprete de Libras em Atuação na Educação Infantil e no Ensino Fundamental**. 5.Ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

LODI, A. C. B.; MÉLO, A. D. B.; FERNANDES, E. **Letramento, Bilinguismo e Educação de Surdos**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

MCDONNELL, Patrick. **Deficiência, surdez e ideologia no final do século XX e início do século XXI**. UniversityCollege Dublin. Irlanda: Educação e realidade, 2016.
MULLER, Cristiane Ramos. **Apresentação de slides: Cultura Surda**. Santa Cruz do Sul: [s.n], 2016.

QUADROS, RoniceMuller de. **O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Brasília, 2004.

ROBERTO, L. S.; VILHALVA, S. **Educação pela Arte: complementariedade expressiva para o surdo**. 2016. 25 f. artigo. Centro Virtual de Cultura Surda. Editora Arara Azul, 2001.

SARTURI, Cláudia de Arruda. Surdez!!! O que se “perde” e o que se “ganha”: um olhar sobre conceitos e discursos. In: GOMES, A. P. G.; HEINZELMANN, R. O. **Cadernos Conecta Libras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2015.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 3.ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

_____. **Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos**. 3.ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

_____. **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. 5.ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

THOMA, Adriana da Silva. **Educação bilíngue nas políticas educacionais e linguísticas para surdos: discursos e estratégias de governo**. Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Educação e realidade, 2016.

UNISC. Desenvolvido pela Universidade de Santa Cruz do Sul. **Apresenta informações gerais sobre a Universidade**. Santa Cruz do Sul. Disponível em: < <http://www.unisc.br/portal/pt/a-unisc/a-universidade/apresentacao.html> > Acesso em: 11dez. 2016.

UNISC. Desenvolvido pela Universidade de Santa Cruz do Sul. **Apresenta o Histórico da Universidade**. Santa Cruz do Sul. Disponível em:

<<http://www.unisc.br/portal/pt/a-unisc/a-universidade/historico.html>> Acesso em: 11dez. 2016.

UNISC. Desenvolvido pela Universidade de Santa Cruz do Sul. **Apresenta informações sobre o Núcleo de Apoio Acadêmico.** Disponível em: <http://www.unisc.br/pt/naac/equipe>. Acesso em 15Nov. 2016.

ANEXOS

ANEXO A

Questões da entrevista realizada com uma surda, uma professora e uma intérprete:

INTÉRPRETE

- 1- Como você sente a inclusão, hoje, na Universidade?
- 2- Como é a relação do intérprete de Libras com o professor e o aluno surdo? Por quê?
- 3- O que você percebe da relação dos alunos ouvintes com o (a) aluno (a) surdo (a)?
- 4- Quais as melhorias e desafios para uma inserção de surdos efetiva na Universidade e na sala de aula?

PROFESSOR (A)

- 1- Conhece a cultura surda e a Língua Brasileira de Sinais?
- 2- Quando percebeu que tinha um aluno surdo como se sentiu?
- 3- Como é sua relação com o Intérprete de Libras e o aluno (a) surdo (a) em sala de aula? Por quê?
- 4- Quais são os desafios e melhorias para que aconteça uma inclusão efetiva na e na sala de aula?

SURDO (A)

- 1- Como você se sentiu quando entrou na Universidade?
- 2- Como é sua relação com o professor? E com o intérprete de Libras?
- 3- Você se sente incluída na Universidade?
- 4- Quais as melhorias e os desafios para uma verdadeira inserção de surdos na Universidade e sala de aula?

ANEXO B

CÓDIGO DE ÉTICA DO PROFISSIONAL INTÉRPRETE DE LIBRAS

CAPÍTULO 1

Princípios fundamentais

Artigo 1º . São deveres fundamentais do intérprete: 1º. O intérprete deve ser uma pessoa de alto caráter moral, honesto, consciente, confidente e de equilíbrio emocional. Ele guardará informações confidenciais e não poderá trair confidências, as quais foram confiadas a ele;

2º . O intérprete deve manter uma atitude imparcial durante o transcurso da interpretação, evitando interferências e opiniões próprias, a menos que seja requerido pelo grupo a fazê-lo;

3º. O intérprete deve interpretar fielmente e com o melhor da sua habilidade, sempre transmitindo o pensamento, a intenção e o espírito do palestrante. Ele deve lembrar dos limites de sua função e não ir além de a responsabilidade;

4º. O intérprete deve reconhecer seu próprio nível de competência e ser prudente em aceitar tarefas, procurando assistência de outros intérpretes e/ou profissionais, quando necessário, especialmente em palestras técnicas; 5º.

O intérprete deve adotar uma conduta adequada de se vestir, sem adereços, mantendo a dignidade da profissão e não chamando atenção indevida sobre si mesmo, durante o exercício da função.

CAPÍTULO 2

Relações com o contratante do serviço

6º. O intérprete deve ser remunerado por serviços prestados e se dispor a providenciar serviços de interpretação, em situações onde fundos não são possíveis;

7º. Acordos em níveis profissionais devem ter remuneração de acordo com a tabela de cada estado, aprovada pela FENEIS.

CAPÍTULO 3

Responsabilidade profissional

8°. O intérprete jamais deve encorajar pessoas surdas a buscarem decisões legais ou outras em seu favor;

9° . O intérprete deve considerar os diversos níveis da Língua Brasileira de Sinais bem como da Língua Portuguesa;

20°. Em casos legais, o intérprete deve informar à autoridade qual o nível de comunicação da pessoa envolvida, informando quando a interpretação literal não é possível e o intérprete, então terá que parafrasear de modo claro o que está sendo dito à pessoa surda e o que ela está dizendo à autoridade; 11°. O intérprete deve procurar manter a dignidade, o respeito e a pureza das línguas envolvidas. Ele também deve estar pronto para aprender e aceitar novos sinais, se isso for necessário para o entendimento; 12°. O intérprete deve esforçar-se para reconhecer os vários tipos de assistência ao surdo e fazer o melhor para atender as suas necessidades particulares.

CAPÍTULO 4

Relações com os colegas

13°. Reconhecendo a necessidade para o seu desenvolvimento profissional, o intérprete deve agrupar-se com colegas profissionais com o propósito de dividir novos conhecimentos de vida e desenvolver suas capacidades expressivas e receptivas em interpretação e tradução. Parágrafo único. O intérprete deve esclarecer o público no que diz respeito ao surdo sempre que possível, reconhecendo que muitos equívocos (má informação) têm surgido devido à falta de conhecimento do público sobre a área da surdez e a comunicação com o surdo.

ANEXO C

CONFIGURAÇÃO DE MÃOS DA LIBRAS

CONFIGURAÇÕES DE MÃO

